



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000470-72.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Reintegração / Manutenção de Posse - Posse**
 Requerente: **Osvaldo Rocha Ribeiro**
 Requerido: **Juliana Pereira Soares**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

OSVALDO ROCHA RIBEIRO propôs ação de reintegração de posse em face de **JULIANA PEREIRA SOARES**. Aduziu ser legítimo proprietário do imóvel localizado à Rua Maria das Graças Tagliatela Custódio, nº 74, Cidade Aracy, São Carlos-SP. Outrossim, alegou que após se divorciar da requerida, saiu do imóvel e a deixou no local, junto dos filhos comuns. Entretanto, asseverou que em meados de 2016 se dirigiu ao imóvel e constatou que ele estava abandonado e, em razão disso, trancou as portas. Por fim, alegou que ao retornar ao endereço supra mencionado, em outubro de 2016, após requerer a guarda de seus filhos, percebeu que a requerida havia invadido o imóvel. Requereu a reintegração de posse.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 04/16.

A decisão de fl. 27 deferiu os benefícios da gratuidade da justiça e indeferiu o pedido liminar.

A requerida, devidamente citada (fl. 43), se manteve inerte (fl. 44).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Conquanto regularmente citada, a requerida se manteve inerte. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

A requerida teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pelo autor, no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos.

Os documentos de fls. 07/09 e 11/16 demonstram que o imóvel foi comprado pelo requerente. Além disso, pelas cópias acostadas às fls. 49/50 e 56/57, não obstante autor e ré terem sido casados, se divorciaram e, ao que consta, todos os imóveis, inclusive o ora discutido, foram adquiridos pelo autor em data anterior ao casamento. Ainda, em virtude do regime adotado, a requerida não teria nenhuma participação no bem.

Conforme o exposto, o deslinde é de rigor.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo **PROCEDENTE** o pedido feito, para o fim de reintegrar o autor na posse do imóvel da rua Maria das Graças Tagliatela Custódio, nº 74, Cidade Aracy, São Carlos.

Fica concedido o prazo de 15 dias para desocupação voluntária. Na inércia da requerida, expeça-se mandado de desocupação forçada, ficando deferida força policial, se necessária.

Sucumbente, arcará a ré com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, atualizado.

Oportunamente, archive-se.

P.I.C.

São Carlos, 30 de agosto de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**